



CARAGUAPREV
Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

**CERTIFICADO
Pró-Gestão
Nível IV**



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA/SP

CARAGUAPREV

RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTOS

FEVEREIRO DE 2026



SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO.....	5
3. BOLETIM FOCUS.....	8
4. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	9
4.1 ESTUDO ALM.....	11
5. RENTABILIDADE DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	14
6. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS	15
7. PERSPECTIVAS.....	19
8. GERENCIAMENTO DE RISCOS - INDICADORES DE DESEMPENHO E RISCO.....	21
9. TABELA DE LIQUIDEZ.....	22
10. RENTABILIDADE POR ARTIGO	23
11. MOVIMENTAÇÕES DO MÊS	24
12. EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	28
13. RELAÇÃO DE GESTORES DOS RECURSOS	30
14. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO	31
CARAGUAPREV.....	31
15. PRÓ GESTÃO – NÍVEL IV.....	33
16. CONCLUSÃO.....	34



RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTOS

FEVEREIRO DE 2026

Parâmetros:

- *Resolução 5.272/25 do CMN – Legislação Vigente;*
- *Política Anual de Investimentos - elaborada pelo CARAGUAPREV;*
- *Diversificação, Segurança, Liquidez e Transparência;*
- *Diluição dos riscos de perda e do retorno nos Investimentos;*
- *Aumento da rentabilidade da carteira de forma inteligente;*
- *Expectativas do Mercado.*

1. INTRODUÇÃO

O CaraguaPrev no mês de fevereiro de 2026 vem implementando ações que demonstram transparência nos processos decisórios dos investimentos financeiros e divulgação das informações aos seus segurados.

O Instituto com sua estrutura administrativa composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva que executa as deliberações tomadas pelos Conselhos. Na área de investimentos atuam os membros do Comitê de Investimentos que analisam as aplicações financeiras e levam a matéria para deliberação conclusiva pelo Conselho Deliberativo. Nas reuniões mensais são deliberadas e avaliadas as questões: previdenciárias, fiscais, financeiras e administrativas, visando a implantação de boas práticas de gestão e governança, com o intuito de que o CaraguaPrev desenvolva uma boa gestão previdenciária e administrativa e efetue os investimentos conforme as normas vigentes e de maneira eficaz, levando em conta sua finalidade essencial, que é assegurar os direitos aos participantes beneficiários segurados do sistema, que é o pagamento dos benefícios previdenciários.

O Relatório Mensal de Investimentos do CaraguaPrev tem o intuito de informar à sociedade os dados quantitativos e qualitativos da carteira de investimentos do Plano Previdenciário, detalhando os ativos financeiros que o compõe, inclusive quanto aos indicadores de desempenho e gerenciamento de riscos.



Participantes da Gestão do CaraguaPrev no mês avaliado:

Todos os membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos possuem certificação por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função, conforme requisitos mínimos exigidos no artigo 8º-B da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e Portaria MTP Nº 1.467, de 02 de junho de 2022 ou norma que a complementa, atualize ou substitua.

Conselho Deliberativo:

- Alex Catapani (Presidente do Conselho Deliberativo), (Certificação TOTUM);
- Gabriela Cristina da Silva Coelho, (Certificação TOTUM);
- Benedita Auxiliadora de Moraes (Certificação TOTUM);
- Valeria Regina Rodrigues de Lima (Certificação TOTUM);
- Rosemeire Maria de Jesus (Certificação TOTUM);
- Ivone Cardoso Vicente Alfredo (Certificação TOTUM);
- Marcia Denise Gusmão Coelho (Certificação TOTUM);
- Margarete Soares de Oliveira (Certificação TOTUM).

Conselho Fiscal:

- Cristiano Paulo Silva (Presidente do Conselho Fiscal, Certificação TOTUM);
- Adriana Zambotto Fernandes (Certificação profissional CPA-10, Certificação TOTUM);
- Marcia Regina Paiva Silva (Certificação TOTUM);
- Marcus da Costa Nunes Gomes (Certificação TOTUM).

Comitê de Investimentos:

- Anderson Franco Boytchuk do Nascimento (Presidente do Comitê de Investimentos, Certificação TOTUM);
- Pedro Ivo de Sousa Tau (Certificação profissional CPA-10 e Certificação TOTUM);
- Adriana Zambotto (Certificação profissional CPA-10 e Certificação TOTUM);
- Rosemeire Maria de Jesus (Certificação TOTUM);
- Ivone Cardoso Vicente Alfredo (Certificação TOTUM);

Diretoria Executiva:

- Pedro Ivo de Sousa tau (Presidente do CaraguaPrev, Certificação profissional CPA-10 e Certificação TOTUM);
- Anderson Franco Boytchuk do Nascimento (Diretor Financeiro, Certificação TOTUM);
- Rose Ellen de Oliveira Faria (Diretora de Benefícios, Certificação TOTUM); e
- Paulo Henrique Passos do Nascimento (Diretor Administrativo, Certificação TOTUM);

O Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado ao Ministério da Previdência Social, disponível para consulta pública no site <http://cadprev.previdencia.gov.br>, contém todas as informações sobre as aplicações financeiras nas Instituições Financeiras, obedecendo a Resolução do Conselho Monetário Nacional e a Política Anual de Investimentos do CaraguaPrev.



2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

BRASIL: No mês de fevereiro de 2026 a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa e renda variável apresentaram performances positivas no mês, já os investimentos estruturados apresentaram performance negativa. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 0,91%, abaixo da meta atuarial do mês que foi de 1,10%, mas acima da meta atuarial do ano. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 0,70% no mês, o resultado de fevereiro veio acima do esperado pelo mercado. A inflação recente voltou a surpreender para cima, sobretudo em serviços, enquanto a atividade econômica mostra sinais de recuperação no início do ano, apoiada por um mercado de trabalho resiliente e estímulos fiscais, após desacelerar no 2º semestre de 2025. Nesse contexto, no cenário atual, o Copom deve iniciar na próxima reunião o processo de calibragem da política monetária. Ainda assim, a recente deterioração do ambiente externo, especialmente por meio do canal de energia e câmbio, elevou o grau de incerteza e reforça de que o ciclo de flexibilização ao longo de 2026 deverá ocorrer de forma gradual e cautelosa.

GERAL: A escalada do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã levou a uma forte reação nos preços do petróleo, adicionando um novo fator de risco para a inflação global e aumentando a complexidade do cenário para os bancos centrais. Nesse contexto, o Federal Reserve enfrenta um ambiente desafiador. A economia americana continua relativamente resiliente, enquanto a inflação permanece acima da meta e os riscos associados aos preços de energia ganharam relevância. Embora a atividade econômica global mostre estabilidade, ela enfrenta riscos crescentes, incluindo tensões geopolíticas, desafios fiscais e a volatilidade nos preços de energia.

COMENTÁRIO DO MÊS:

MERCADOS INTERNACIONAIS

“Choques externos aumentam a incerteza do cenário econômico.

A escalada do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã levou a uma forte reação nos preços do petróleo, adicionando um novo fator de risco para a inflação global e aumentando a complexidade do cenário para os bancos centrais.

Nesse contexto, o Federal Reserve enfrenta um ambiente desafiador. A economia americana continua relativamente resiliente, enquanto a inflação permanece acima da meta e os riscos



associados aos preços de energia ganharam relevância. A comunicação recente do FOMC sugere um Comitê dividido, mas com predominância de uma postura cautelosa e dependente dos dados. Assim a expectativa do mercado é de um Fed paciente, com viés de flexibilização apenas gradual ao longo de 2026, condicionado a evidências mais claras de convergência da inflação e à ausência de novos choques inflacionários relevantes.

Na Europa, a economia da área do euro continua crescendo em ritmo moderado, sustentada principalmente pela demanda doméstica. Indicadores recentes apontam continuidade da expansão no início do ano, embora sem sinais claros de aceleração. Ao mesmo tempo, o cenário inflacionário permanece relativamente benigno, com inflação próxima da meta do BCE. Ainda assim, a região permanece particularmente sensível a choques de energia, em função da elevada dependência de importações de gás e do atual nível relativamente baixo dos estoques, o que aumenta a vulnerabilidade diante da escalada das tensões no Oriente Médio.

Na China, as autoridades sinalizaram maior aceitação de um ritmo estruturalmente mais moderado de crescimento. Ao mesmo tempo, o governo manteve o foco na expansão da base industrial e na autonomia tecnológica, priorizando setores estratégicos como semicondutores, inteligência artificial e biotecnologia. Apesar de alguma melhora cíclica nos indicadores recentes, a economia chinesa segue enfrentando desafios estruturais importantes, incluindo a fraqueza do consumo doméstico e a crise prolongada no setor imobiliário.”

BRASIL

“No front da inflação, o IPCA-15 de fevereiro surpreendeu para cima, frustrando as expectativas de uma inflação anual abaixo de 4% já naquela divulgação. O índice registrou inflação de 0,83% m/m e 4,10% a/a, superando as projeções do mercado. A maior surpresa veio da inflação de serviços, com forte contribuição das passagens aéreas e dos seguros de veículos. Apesar do destaque para esses itens, a difusão de 69% mostra que as pressões no setor de serviços não foram pontuais. O núcleo de serviços subjacentes, alvo de atenção do Banco Central, registrou inflação de 0,66% m/m (5,6% a/a).

Em linhas gerais, o resultado mostrou uma inflação pressionada, com alta em diferentes categorias, e inflação anual das medidas de serviços em um patamar ainda muito elevado, mesmo após uma melhora marginal. Além disso, a recente alta dos preços internacionais de petróleo e diesel, como consequência dos desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio, devem chegar mesmo que parcialmente ao consumidor, gerando uma pressão inflacionária adicional. Esse ambiente deve acender um alerta e dificultar o processo de recuo das expectativas de inflação, que já vinham em



queda algo mais modesta recentemente.

Na atividade, a Produção Industrial registrou alta de 1,8% m/m e 0,2% a/a em janeiro, acima das expectativas do mercado. Os dados de dezembro foram revisados para baixo, ficando em -1,9% m/m e -0,1% a/a. O resultado mais forte reflete, em parte, um rebote após a forte queda observada em dezembro. Na abertura, na margem, todas as categorias registraram crescimento no mês. Para o primeiro trimestre de 2026, o carregamento estatístico ficou positivo em 0,4%, com alta em grande parte das categorias, com exceção de “Bens de Capital” e “Insumos típicos de construção civil”. Em suma, o resultado acima do esperado da Pesquisa Industrial Mensal sugere um resultado menos desfavorável da indústria no início de 2026.

Além disso, os indicadores de emprego apontaram para um mercado de trabalho resiliente no começo de 2026. O Caged registrou criação líquida de 112,3 mil vagas em janeiro, acima das expectativas de criação de 95 mil vagas. Já a PNAD apontou uma taxa de desemprego de 5,4% (dessazonalizada) em janeiro, próxima às mínimas históricas, enquanto os salários reais seguem crescendo acima da inflação.

Por fim, o PIB do 4º trimestre de 2025 registrou crescimento de 0,1% t/t e 1,8% a/a. Na abertura, houve forte desaceleração da formação bruta de capital fixo e estagnação do consumo das famílias. Assim, o fraco resultado de setores sensíveis ao crédito indica que a política monetária tem produzido efeitos mais visíveis na demanda interna. De qualquer forma, os dados parciais desse início de ano sugerem reaceleração do PIB no 1º Tri em direção a um crescimento próximo de 1% t/t, com alguma recuperação do consumo provavelmente devido aos estímulos fiscais e resiliência do mercado de trabalho.

O Comitê de Política Monetária (Copom) voltará a se reunir na próxima semana para decidir sobre o nível da taxa Selic, que permanece em 15% a.a. desde meados do ano passado. Em sua comunicação de janeiro, o Comitê indicou que, caso o cenário esperado se confirmasse, antecipava iniciar o ciclo de flexibilização na reunião seguinte, ao mesmo tempo em que enfatizou que a política monetária permaneceria suficientemente restritiva para assegurar a convergência da inflação à meta. O Copom também destacou que o compromisso com a meta exigia uma abordagem “serena” quanto ao ritmo e à magnitude do ciclo de redução de juros. À época, o mercado interpretou essa sinalização como compatível com um corte de até 50 pontos-base na reunião de março, na ausência de mudanças materiais no cenário macro. Desde então, contudo, o fluxo de notícias do cenário internacional tornou-se mais adverso. Em particular, a recente elevação dos riscos geopolíticos, decorrente do conflito no Oriente Médio, provavelmente representa uma deterioração das perspectivas de inflação,



dado o comportamento recente dos preços de energia e do câmbio até aqui. O Comitê, portanto, terá de incorporar esse novo fator à sua avaliação prospectiva.

Nesse contexto, o Copom deve seguir confortável em manter seu plano de iniciar o processo de calibragem em março. Caso não seja observada uma deterioração aguda do ambiente externo nos próximos dias, um corte de 50 pontos-base ainda parece plausível como passo inicial. No entanto, o cenário de curto prazo tornou-se mais fluido diante da recente elevação dos riscos geopolíticos e suas implicações para os preços de energia e para o câmbio. Assim, um movimento mais cauteloso (de 25 pontos-base) não pode ser totalmente descartado, a depender da evolução das informações disponíveis até a reunião da próxima semana.

Por fim, vale notar que, de forma mais ampla, o fluxo recente de dados reforça a expectativa de que o ciclo de flexibilização ao longo deste ano deverá ser cauteloso e gradual. Apesar de alguma desaceleração em setores sensíveis aos juros durante o segundo semestre de 2025, o mercado de trabalho permanece notavelmente resiliente, com continuidade na geração de empregos e crescimento nominal robusto dos salários. As estimativas iniciais para o primeiro tri de 2026 também apontam para uma retomada do crescimento do PIB da ordem de 0,8-1% t/t. Além disso, a inflação de serviços segue em níveis elevados, e as divulgações mais recentes trouxeram sinais marginalmente menos favoráveis. Por fim, o processo de reancoragem das expectativas de inflação parece ter perdido impulso, com as expectativas ainda acima da meta mesmo em horizontes mais longos. Em conjunto, esses elementos sugerem que, embora o início do processo de calibragem permaneça provável, o ciclo de flexibilização como um todo deverá avançar em ritmo gradual, com o Comitê mantendo uma postura relativamente restritiva ao final do ciclo.”

(Fonte Relatório Macroeconômico i9 Advisory/ LDB Consultoria).

3. BOLETIM FOCUS

Mediana - Agregado	2026							2027							2028							
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	
IPCA (variação %)	3,99	3,91	3,91	= (1)	153	3,91	48	3,80	3,80	3,79	▼ (1)	146	3,74	47	3,50	3,50	3,50	= (17)	119			
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,80	1,82	1,82	= (1)	116	1,85	29	1,80	1,80	1,80	= (9)	94	1,80	24	2,00	2,00	2,00	= (103)	85			
Câmbio (R\$/US\$)	5,50	5,45	5,42	▼ (2)	127	5,40	41	5,50	5,50	5,50	= (4)	117	5,40	39	5,52	5,50	5,50	= (3)	93			
Selic (% a.a)	12,25	12,13	12,00	▼ (2)	150	12,00	41	10,50	10,50	10,50	= (55)	141	10,50	37	10,00	10,00	10,00	= (6)	109			
IGP-M (variação %)	3,92	3,71	3,18	▼ (4)	74	3,39	21	4,00	4,00	4,00	= (2)	67	3,97	19	3,85	3,83	3,80	▼ (2)	61			
IPCA Administrados (variação %)	3,75	3,67	3,67	= (1)	103	3,77	23	3,71	3,72	3,74	▲ (2)	85	3,77	19	3,50	3,50	3,50	= (14)	68			
Conta corrente (US\$ bilhões)	-67,90	-67,70	-67,75	▼ (1)	40	-70,00	8	-65,00	-65,00	-65,00	= (12)	36	-65,00	6	-64,20	-64,20	-64,10	▲ (1)	28			
Balança comercial (US\$ bilhões)	67,65	68,38	68,63	▲ (3)	40	67,75	8	71,55	72,30	72,15	▼ (1)	36	69,20	7	74,00	73,60	74,00	▲ (1)	28			
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	74,35	75,00	75,00	= (2)	38	75,50	6	78,50	78,50	78,15	▼ (1)	36	75,90	6	79,00	80,00	80,00	= (3)	27			
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	70,32	70,00	70,00	= (1)	58	69,71	12	73,80	73,85	73,85	= (1)	57	73,31	12	76,16	76,40	76,50	▲ (2)	49			
Resultado primário (% do PIB)	-0,53	-0,50	-0,50	= (2)	68	-0,44	14	-0,40	-0,42	-0,42	= (1)	61	-0,45	13	-0,20	-0,24	-0,25	▼ (2)	51			
Resultado nominal (% do PIB)	-8,60	-8,58	-8,60	▼ (1)	57	-8,34	10	-7,85	-8,00	-8,00	= (1)	52	-8,00	9	-7,50	-7,56	-7,55	▲ (2)	44			



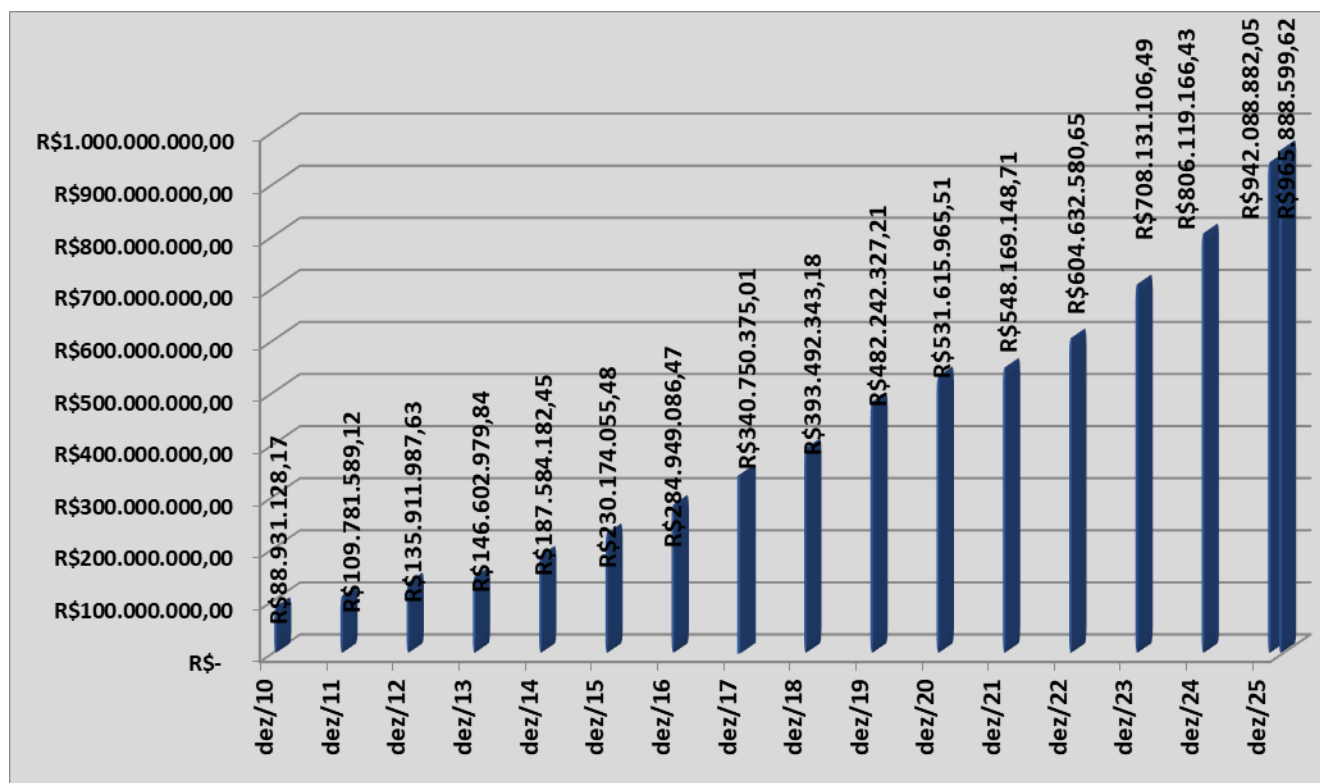
Relatório Focus de 27.02.2026. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

4. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos do Caraguaprev encerrou o mês com o patrimônio total de **R\$ 965.888.599,62** (novecentos e sessenta e cinco milhões e oitocentos e oitenta e oito mil e quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos).

É composta por ativos que estão vinculados ao seu respectivo Plano Previdenciário, também compõe a carteira de investimentos os recursos oriundos da taxa de administração, que são utilizados na manutenção dos serviços e pagamento de pessoal da autarquia. O Plano Previdenciário possui meta atuarial estabelecida, sendo este um fundo previdenciário em regime de capitalização dos recursos, este relatório dará enfoque aos ativos a ele vinculados.

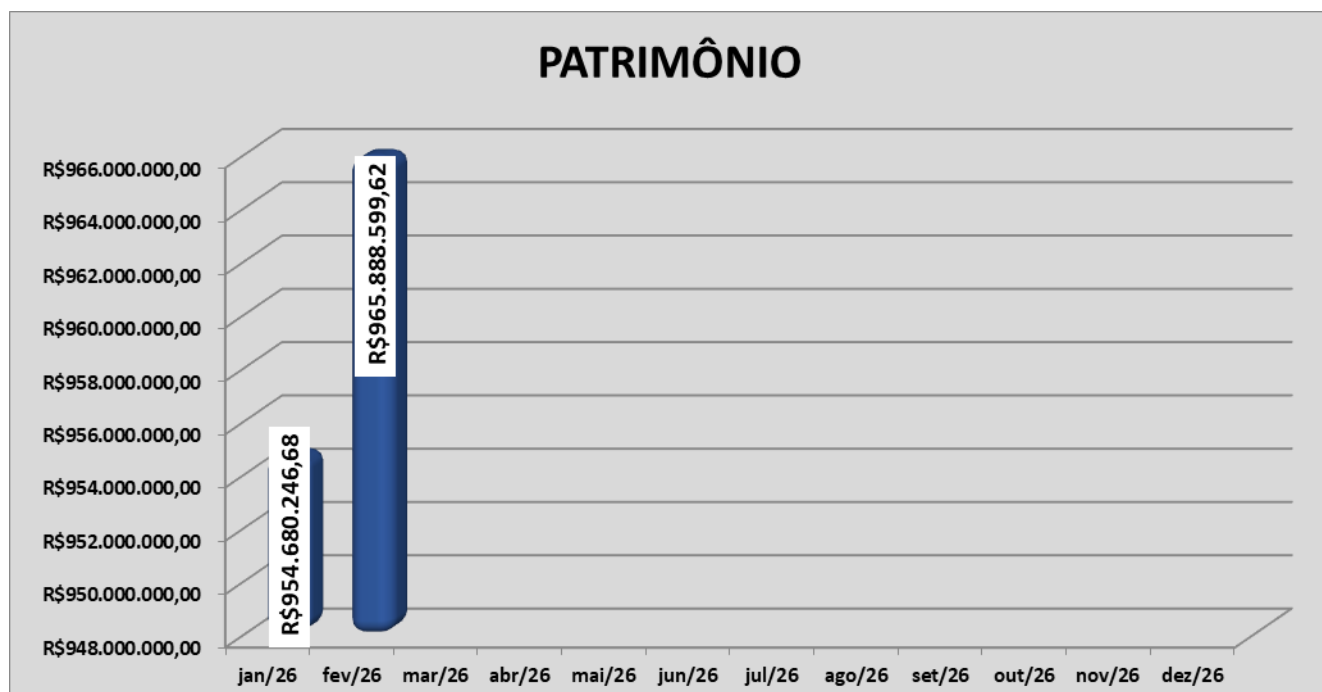
Evolução Patrimonial da Carteira de Investimentos (R\$ mil)



ANO	PATRIMÔNIO
dez/01	R\$ 2.332.587,11
dez/02	R\$ 6.251.543,12
dez/03	R\$ 11.583.959,19
dez/04	R\$ 15.612.385,27
dez/05	R\$ 23.150.759,30



dez/06	R\$ 33.449.995,07
dez/07	R\$ 43.229.470,44
dez/08	R\$ 54.472.562,31
dez/09	R\$ 68.086.783,86
dez/10	R\$ 88.931.128,17
dez/11	R\$109.781.589,12
dez/12	R\$135.911.987,63
dez/13	R\$146.602.979,84
dez/14	R\$187.584.182,45
dez/15	R\$230.174.055,48
dez/16	R\$284.949.086,47
dez/17	R\$340.750.375,01
dez/18	R\$393.492.343,18
dez/19	R\$482.242.327,21
dez/20	R\$531.615.965,51
dez/21	R\$548.169.148,71
dez/22	R\$604.546.473,82
dez/23	R\$708.131.106,49
dez/24	R\$806.119.166,43
dez/25	R\$942.088.882,05
fev/26	R\$965.888.599,62

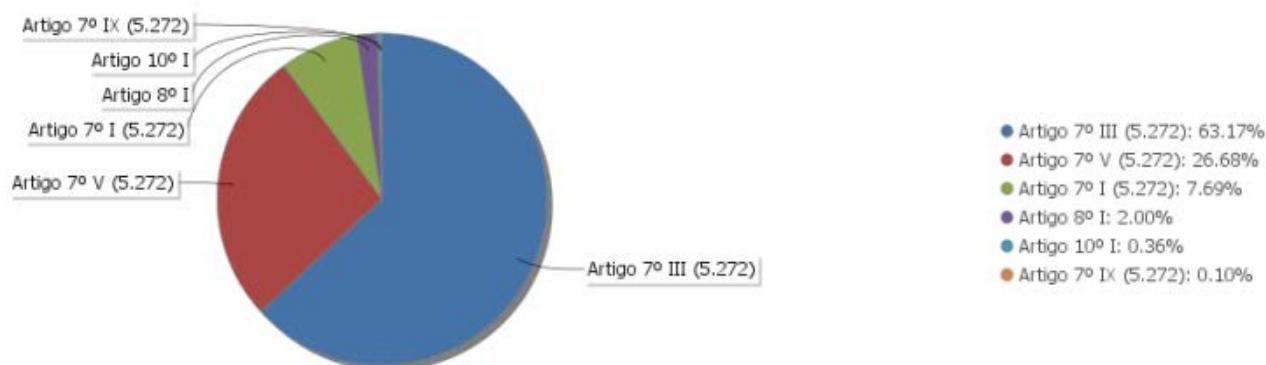


Mês 2026	PATRIMÔNIO
jan/26	R\$ 954.680.246,68
fev/26	R\$ 965.888.599,62

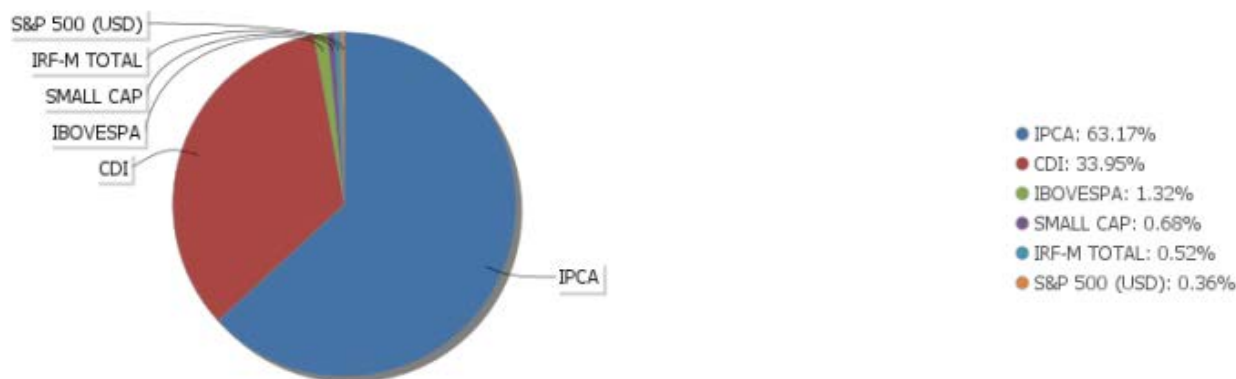
4.1 ESTUDO ALM

O estudo de Asset Liability Management (ALM) foi realizado na data de 29/08/2025, onde foram estudados os patamares de riscos x retorno (fronteira eficiente Markowitz).

4.2 Alocação por Artigo – Resolução CMN.



4.3 Alocação por Estratégia



4.3 Conceitos de Classes de Ativos, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 5.272/2025.

PRO GESTÃO NÍVEL IV

“Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, ou cotas de classes de ETF, negociáveis em bolsa de



valores, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos;

II - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica, na forma do § 2º, incisos I e II;

III - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic, adquiridos, na forma do § 2º, inciso III, por intermediação de instituição financeira que atenda aos requisitos previstos no art. 21, § 2º, inciso I;

IV - até 5% (cinco por cento) diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic;

V - até 80% (oitenta por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado";

VI - até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

VII - até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado", constituídas em regime aberto;

VIII - até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento de que trata o art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, ou cujo patrimônio líquido seja representado por debêntures de infraestrutura previstas na Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024; e

IX - até 20% (vinte por cento) em cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC.

§ 1º A aplicação de recursos nos ativos de que trata este artigo observará os níveis de aderência do RPPS ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º, considerados os seguintes critérios de aplicação:

I - ativos de que tratam os incisos I e II do caput são acessíveis a todos os RPPSs, inclusive aqueles que não comprovarem nível de aderência;

II - ativos de que tratam os incisos III e IV do caput são exclusivos para RPPS com nível I ou superior de aderência;

III - ativos de que tratam os incisos V e VI do caput são exclusivos para RPPS com nível II ou superior de aderência;

IV - ativos de que tratam os incisos VII e VIII do caput são exclusivos para RPPS com nível III ou superior de aderência; e

V - ativos de que trata o inciso IX do caput são exclusivos para RPPS com nível IV de aderência.

Art. 8º No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se ao limite global de até 50%(cinquenta por cento) e adicionalmente aos seguintes limites:

I - até 40% (quarenta por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Ações", constituídas em regime aberto;

II - até 40% (quarenta por cento) em cotas de classes de ETF de ações, negociáveis em bolsa de valores;

III - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de fundos de investimento cujo patrimônio líquido seja composto por 67%(sessenta e sete por cento) ou mais de Brazilian Depositary Receipts – BDR -Ações ou de BDR-ETF de ações, constituídas em regime aberto; e



IV - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de ETF internacional, admitido à negociação em bolsa de valores no Brasil, observado o disposto na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 9º No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se ao limite global de até 10% (dez por cento):

I - em cotas de classes de fundos de investimento e cotas de classe de investimento em cotas de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa - Dívida Externa";

II - em cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil em regime aberto, destinados a investidores qualificados, cujos regulamentos permitam investir mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior; e

III - em cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil em regime aberto, destinados a investidores em geral, cujos regulamentos permitam investir mais de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

Art. 10. No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do RPPS subordinam-se ao limite global de até 20% (vinte por cento) e adicionalmente aos seguintes limites:

I - até 15% (quinze por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Multimercado", constituída sem regime aberto;

II - até 5% (cinco por cento) em cotas de classes de Fiagro, observado o disposto no art. 11, § 2º, inciso II;

III - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de FIP, constituídas em regime fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a proporção já investida nessas classes; e

IV - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Ações - Mercado de Acesso", constituídas em regime aberto.

Art. 11. No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do RPPS sujeitam-se ao limite de até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento imobiliários – FII negociadas nos pregões de bolsa de valores.

§ 1º A aplicação de recursos no ativo de que trata este artigo é exclusiva para os RPPSs que comprovarem nível III ou superior de aderência ao programa de certificação institucional, previsto no art. 6º, § 3º.

§ 2º As aplicações do RPPS em cotas de classes de fundos imobiliários, diretamente ou indiretamente, subordinam-se a:

I - que os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras das classes dos fundos de investimento de que trata o caput deverão observar o disposto no art. 7º, § 5º, e no art. 8º, § 2º; e

II - que a aquisição em oferta primária seja condicionada à previsão em seu regulamento de que suas cotas serão disponibilizadas para negociação em bolsa de valores após a oferta pública inicial.

Art. 12. No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos recursos do RPPS subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do art. 6º, caput:

I - até 5% (cinco por cento), para os RPPSs sem aderência ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º; e



II - até 10% (dez por cento), para os RPPSs que comprovarem nível I ou superior de aderência ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º.”

5. RENTABILIDADE DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2026	1,12	0,91											2,04
IPCA + 5,68%	0,79	1,10											1,90
p.p. indexador	0,33	-0,19											0,14
2025	1,15	0,92	1,26	1,22	1,10	0,85	0,94	0,89	0,99	1,03	0,87	0,96	12,90
IPCA + 5,25%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,69	0,65	0,73	0,32	0,93	0,56	0,57	0,78	9,74
p.p. indexador	0,54	-0,80	0,31	0,39	0,42	0,20	0,21	0,57	0,06	0,48	0,31	0,18	3,16
2024	0,63	1,12	0,91	0,24	0,89	1,26	1,00	0,72	0,57	0,83	0,67	0,61	9,85
IPCA + 5,02%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,12
p.p. indexador	-0,22	-0,08	0,36	-0,57	0,02	0,65	0,17	0,31	-0,28	-0,18	-0,09	-0,32	-0,26
2023	1,75	-0,11	0,96	0,97	1,66	1,53	0,99	0,35	0,50	0,40	1,81	1,45	12,95
IPCA + 5,03%	0,96	1,19	1,16	0,96	0,66	0,33	0,53	0,68	0,65	0,65	0,67	0,95	9,82
p.p. indexador	0,79	-1,30	-0,20	0,00	1,00	1,20	0,46	-0,33	-0,15	-0,25	1,14	0,50	3,13
2022	-0,53	-0,27	2,35	-1,70	1,01	-1,73	2,27	0,51	-0,83	2,08	0,78	-0,10	3,79
IPCA + 4,99%	0,95	1,38	2,05	1,43	0,90	1,08	-0,28	0,08	0,12	0,98	0,80	1,05	11,04
p.p. indexador	-1,48	-1,65	0,30	-3,13	0,11	-2,81	2,54	0,42	-0,95	1,10	-0,02	-1,15	-7,25
2021	-0,94	-1,45	0,38	1,02	1,49	0,37	-0,80	-0,98	-1,64	-1,55	1,37	1,32	-1,47
IPCA + 5,46%	0,67	1,24	1,42	0,73	1,28	0,98	1,43	1,34	1,61	1,68	1,38	1,22	16,05
p.p. indexador	-1,61	-2,69	-1,04	0,29	0,21	-0,60	-2,23	-2,32	-3,25	-3,23	0,00	0,10	-17,51
2020	0,26	-1,20	-8,82	2,26	2,04	2,60	3,94	-1,32	-1,68	-0,06	3,29	4,43	5,12
IPCA + 5,89%	0,71	0,66	0,57	0,14	0,07	0,74	0,89	0,72	1,12	1,34	1,35	1,86	10,65
p.p. indexador	-0,45	-1,86	-9,40	2,11	1,97	1,86	3,06	-2,04	-2,80	-1,40	1,94	2,58	-5,52
2019	1,51	0,37	0,41	0,94	1,99	2,58	1,16	0,11	1,85	2,11	-0,78	2,17	15,34
IPCA + 6,00%	0,83	0,90	1,19	1,06	0,64	0,45	0,72	0,62	0,45	0,63	0,98	1,64	10,59
p.p. indexador	0,68	-0,53	-0,78	-0,12	1,35	2,13	0,44	-0,51	1,40	1,47	-1,75	0,52	4,75

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	45	52,33
Meses abaixo - Meta Atuarial	41	47,67
	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	4,43	2020-12
Menor rentabilidade da Carteira	-8,82	2020-03

Relatório

Periodo	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,01	2,69	0,32	0,38
06 meses	6,03	4,82	1,21	0,32
12 meses	12,84	9,27	3,58	0,48
24 meses	24,36	20,64	3,71	0,79
36 meses	40,63	32,36	8,27	1,13
48 meses	49,56	46,72	2,84	2,64
60 meses	49,73	70,96	-21,23	3,48

Em fevereiro/2026, a carteira de investimentos do plano previdenciário obteve rentabilidade de 0,91% e a meta atuarial do mês foi de 1,10%. No acumulado do ano corrente a rentabilidade foi de 2,04% e a meta atuarial do ano foi de 1,90%.

Nos últimos 12 meses a rentabilidade foi de 12,84%, no acumulado dos últimos 24 meses a



rentabilidade do plano previdenciário foi de 24,63% e em 36 meses de 40,63%, todos acima da meta atuarial.

A linha intitulada “Meta Atuarial” informa a meta de rendimento positivo estabelecido para o plano previdenciário a partir da avaliação técnica atuarial anual, que hoje é de IPCA + 5,68%.

6. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS

6.1 FUNDOS DE RENDA FIXA E TÍTULOS PÚBLICOS.

RENDA FIXA	97,64%
-------------------	---------------

Artigo 7º I (5.272) (Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,03	0,06	0,99	2,17	43.521.896,73	4,51	50.716.144.408,96	0,09
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP - RESP LIMITADA	2,70	-0,12	0,50	0,50	5.025.029,10	0,52	1.660.376.933,47	0,30
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,03	0,06	0,34	0,34	11.637.702,81	1,20	10.482.652.585,77	0,11
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM RF REF DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,04	0,06	0,99	2,16	14.113.534,42	1,46	9.862.383.350,43	0,14
Sub-total Artigo 7º I (5.272)			0,08	0,04	1,00	1,00	74.298.163,06	7,69		

Artigo 7º III (5.272) (Títulos do Tesouro Nacional)

Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira
			Dia	Mês	Ano		
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150826 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,05	0,87	1,80	90.659.100,17	9,39
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150527 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,05	0,87	1,81	74.841.737,97	7,75
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150828 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,05	0,84	1,75	84.223.443,47	8,72
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,05	0,81	1,68	21.882.419,74	2,27
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150832 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,06	0,76	1,58	43.004.741,67	4,45
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150533 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,05	0,88	1,82	20.484.327,24	2,12
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,05	0,74	1,53	41.029.687,72	4,25
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150840 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,05	0,78	1,62	38.934.405,80	4,03



TESOURO NACIONAL	NTN-B 150545 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,05	0,74	1,53	60.302.329,67	6,24		
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150850 (Curva) ⁽¹⁾	0,27	0,04	0,76	1,57	111.122.521,54	11,50		
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150555 (Curva) ⁽¹⁾	0,29	0,03	0,75	1,54	23.646.063,21	2,45		
	Sub-total Artigo 7º III (5.272)	0,08	0,05	0,80	0,80	610.130.778,20	63,17		

Artigo 7º V (5.272) (Fundos ou ETFs de Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB INSTITUCIONAL FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	0,08	0,05	0,95	2,16	27.850.223,45	2,88	3.263.650.319,04	0,85
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,01	2,22	79.345.478,11	8,21	22.621.006.640,80	0,35
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,03	0,06	1,00	2,19	3.278.933,51	0,34	30.177.607.193,46	0,01
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,04	0,06	1,00	2,19	48.570.014,33	5,03	24.265.318.339,60	0,20
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,07	0,05	1,00	2,21	32.286.524,68	3,34	9.592.395.994,44	0,34
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC CLASSE DE FIF RENDA FIXA REF DI LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,05	0,06	0,46	0,46	2.289.729,03	0,24	11.339.833.707,20	0,02
ITAU	ITAU	ITAÚ INSTITUCIONAL JANEIRO RENDA FIXA LP FIF CIC RESP LIMITADA	1,06	-0,09	0,98	2,62	5.228.411,40	0,54	1.918.715.139,74	0,27
ITAU	ITAU	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FIF RESP LIMITADA	0,04	0,06	0,98	2,16	45.534.244,19	4,71	8.654.625.954,84	0,53
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,03	0,06	1,00	2,18	13.361.119,06	1,38	4.839.458.631,87	0,28
		Sub-total Artigo 7º V (5.272)	0,04	0,05	1,00	1,00	257.744.677,76	26,68		

Artigo 7º IX (5.272) (FIDC Cota Sênior)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
VILA RICA	BRL DTVM	FIDC ITALIA SENIOR *	9,40	-2,57	-2,57	-2,67	919.253,74	0,10	36.957.269,08	2,49
		Sub-total Artigo 7º IX (5.272)	9,40	-2,57	-2,57	-2,67	919.253,74	0,10		
		Renda Fixa	0,17	0,05	0,86	1,84	943.092.872,76	97,64		

Os investimentos em Renda Fixa que compõem a carteira do CaraguaPrev são compostos por Títulos Públicos Federais – art. 7º, III, Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos - ART. 7º, I, Fundos ou ETFs de Renda Fixa – ART. 7º, V e Cota Sênior de FIDC, ART. 7º, IX, representam 97,64% da Carteira de Investimentos. (Resolução CMN n.º 5.272/25).

No mês avaliado a rentabilidade dos fundos de Investimento em Renda Fixa foi de 0,86%, abaixo da meta atuarial do mês que foi de 1,10%



Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:

- a) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 63,17% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês. A estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” visando superar a meta atuarial e contribuir para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial;
- b) Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos que representam 7,69% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, com aprovação da Política de Investimentos para alocação no segmento;
- c) Fundos ou ETFs de Renda Fixa que representam 26,68% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável, sendo um investimento atrativo, com pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial;
- d) FIDC Cota Sênior que representa 0,10% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês e no ano, com manutenção da posição atual.



6.2 FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL – AÇÕES

RENDA VARIÁVEL

2,00%

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BRABESCO	BEM	BRABESCO FIF CLASSE DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MID SMALL CAPS RESP LIMITADA	15,53	-1,38	2,15	10,15	6.588.664,75	0,68	240.900.123,93	2,74
BRABESCO	BEM	BRABESCO SELECTION FIF CIC AÇÕES RESP LIMITADA	17,63	-1,26	1,98	13,04	3.613.885,41	0,37	237.720.656,74	1,52
ITAU	ITAU	ITAU AÇÕES MOMENTO 30 II FIF CIC RESPONSABILIDADE LIMITADA	16,60	-1,47	4,54	14,73	9.100.431,35	0,94	77.487.923,39	11,74
Sub-total Artigo 8º I			15,75	-1,40	3,23	12,81	19.302.981,51	2,00		
Renda Variável			15,75	-1,40	3,23	12,81	19.302.981,51	2,00		

Os Fundos de renda variável - AÇÕES que compõem a carteira do CaraguaPrev são compostos por FUNDOS DE AÇÕES - ART. 8º, I e representa 2,00% da Carteira de Investimentos. (Resolução CMN n.º 5.272/25).

No mês avaliado a rentabilidade dos fundos de Investimento em Renda Variável foi de 3,23%, acima da meta atuarial do mês (1,10%), enquanto que no ano a performance desses fundos é de 12,81%, acima da meta anual.

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:

- e) Fundos de Ações que representam 2,00% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial do mês e acima da meta no ano, diante do cenário econômico a renda variável ainda apresentará volatilidade, com aprovação de manutenção e desinvestimento gradativo, o que já está sendo feito.



6.3 FUNDOS ESTRUTURADOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

0,36%

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	18,04	-0,42	-0,23	1,08	3.492.745,35	0,36	2.196.469.412,11	0,16
Sub-total Artigo 10º I			18,04	-0,42	-0,23	1,08	3.492.745,35	0,36		
Investimentos Estruturados			18,03	-0,42	-0,23	1,08	3.492.745,35	0,36		

O Investimento Estruturado, Fundo Multimercado - ART. 10, I, que compõem a carteira do CaraguaPrev representa 0,36% da Carteira de Investimentos. (*Resolução CMN n.º 5.272/25*).

No mês avaliado a rentabilidade dos Investimentos Estruturados é de -0,23%, ficando abaixo da meta atuarial do mês.

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:

- f) Fundos de Investimento Estruturados representam 0,36% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual e aumento gradativo caso o cenário exterior se mostre favorável.

7 PERSPECTIVAS

Renda Fixa: Em pós-fixados, títulos públicos e privados atrelados ao CDI ou à Selic devem continuar apresentando retornos elevados, acima da inflação. Apesar da expectativa para o início do ciclo de corte de juros por parte do Banco Central, essa flexibilização deverá ocorrer de forma gradual e cautelosa a partir do atual patamar de 15% ao ano, de modo que a política monetária deve se manter em território restritivo ao longo do ciclo. Com esse processo de calibragem da Selic adiante, surgem oportunidades para o investimento em títulos prefixados. A história indica que investir nesse tipo de título em momentos que antecipam um ciclo de queda dos juros tende a significar retornos acima do



CDI no período subsequente. Vale destacar que essa performance considera que o investidor mantenha os títulos até o vencimento. Os títulos atrelados ao IPCA (os tradicionais IPCA+) seguem uma das proteções mais eficientes contra a perda do poder de compra ao longo do tempo. Mas, além do papel defensivo, o momento atual oferece uma combinação particularmente favorável, servindo como proteção contra a inflação de serviços, que continua pressionada no Brasil, e eventuais repasses dos recentes choques globais de energia para os preços internos.

Renda Variável: A bolsa brasileira opera sob um cenário que passou a exigir mais atenção. O principal motor para novos ganhos depende do fluxo de capital, que agora enfrenta um ambiente global marcado pela elevação das incertezas com a deterioração do cenário externo por conta de tensões geopolíticas e pressões no câmbio. Ainda assim, nesse contexto, o Brasil preserva atrativos, com o adicional de que o processo de calibragem para queda dos juros deve começar em breve por aqui, na ausência de choques internacionais agudos. Por fim, vale destacar que é natural que a aproximação das eleições presidenciais, marcadas no calendário eleitoral para outubro de 2026, traga episódios de maior volatilidade ao longo do ano.

Investimentos Estruturados e Exterior: O atual cenário reforça a dinâmica de rotação e cautela no mundo dos investimentos, impactado pela recente escalada do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã. Esse movimento reflete a necessidade de diversificação diante de novos fatores de risco. Apesar da retomada das políticas protecionistas nos Estados Unidos com a imposição de novas tarifas de importação, o mercado americano segue como peça central dos portfólios globais, sustentado pela resiliência da economia e por investimentos estratégicos. Vale notar, contudo, que a perspectiva agora é de um Federal Reserve mais cauteloso e paciente ("wait-and-see") para o afrouxamento monetário de 2026, condicionado ao controle da inflação diante dos choques no petróleo. Ao mesmo tempo, fatores como o calendário eleitoral, riscos comerciais e a evolução do consumo recomendam maior seletividade. Por fim, reforçamos a importância da diversificação geográfica como elemento central da estratégia. Mercados como a China tendem a permanecer no radar dos investidores globais, mas exigem ponderação atenta: o país reduziu sua meta de crescimento econômico para a faixa de 4,5% a 5% e segue enfrentando desafios estruturais relevantes, como a crise prolongada no setor imobiliário e a fraqueza no consumo doméstico.



8 GERENCIAMENTO DE RISCOS - INDICADORES DE DESEMPENHO E RISCO

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0%							Value-At-Risk (R\$): 2.602.557,77	Value-At-Risk: 0,27%
	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	Limite ⁽⁵⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
Artigo 7º	0,08	0,22	5,00	0,16	-1,68	0,87	943.092.872,76	97,64
Artigo 8º	15,75	8,37	20,00	0,10	2,09	47,46	19.302.981,51	2,00
Artigo 10º	18,03	5,83	20,00	0,01	0,56	24,54	3.492.745,35	0,36
CARAGUATATUBA	0,48	0,27		0,27	-3,48	12,84	965.888.599,62	100,00

Conforme demonstrado acima representa a volatilidade da carteira para uma média móvel dos últimos 21 dias.

8.1 Índice de Sharpe

O Índice de Sharpe é um indicador que leva em consideração a relação entre duas variáveis de grande importância nos investimentos: Risco e Retorno. Esse índice mostra a eficiência do gestor de um fundo de investimento, por exemplo, ao apresentar o quanto de risco a mais ele precisa se expor para obter mais rendimento. Ao ser necessário assumir mais risco para alcançar um mesmo rendimento de um investimento menos arriscado, admite-se que a eficiência nesse caso está comprometida.

8.2 VaR

O VaR, ou Value at Risk, é um indicador de risco que estima a perda potencial máxima de um investimento para um período de tempo, com um determinado intervalo de confiança. Ou seja, através de um cálculo estatístico, o VaR mostra a exposição ao risco financeiro que um ou mais ativos possuem em determinado dia, semana ou mês.

8.3 Volatilidade

A volatilidade é uma medida estática que mede o risco de um ativo, de acordo com a intensidade e frequência de sua oscilação de preço em um determinado período. Por meio dela, é possível entender o histórico de um ativo, qual a probabilidade de ele subir ou cair, de acordo com o período preestabelecido, e qual será a estimativa de oscilação do seu preço no futuro. Se o preço de um ativo for muito volátil, por exemplo, é sinal de que sua cotação, em relação às flutuações do mercado, oscila



muito, tornando sua compra arriscada, mas, por outro lado, proporciona maior possibilidade de lucro no curtíssimo prazo.

9 TABELA DE LIQUIDEZ

CARAGUATATUBA

27/02/2026

ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	346.657.390,07	35,89	346.657.390,07	35,89	5,00
de 31 dias a 365 dias	99.759.531,52	10,33	446.416.921,59	46,22	10,00
acima de 365 dias	519.471.678,03	53,78	965.888.599,62	100,00	100,00

Liquidez, em contabilidade, corresponde à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa. A liquidez possui duas dimensões: facilidade de conversão versus perda de valor. Qualquer ativo pode ser convertido em caixa rapidamente, desde que se reduza suficientemente o preço.

A tabela de liquidez mostra a relação entre o percentual da carteira e o seu respectivo nível de liquidez. Neste caso, 35,89% da carteira de investimentos do CaraguaPrev possui liquidez de até 30 dias, que podem ser resgatados e monetizados dentro desse período de tempo.



10 RENTABILIDADE POR ARTIGO

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	Atribuição	
							Desemp. (%)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I (5.272) % do CDI	1,00 99,80	1,00 99,80				621.763,53	0,07	621.763,53
Artigo 7º III (5.272) % do CDI	0,80 80,52	0,80 80,52				4.910.914,69	0,51	4.910.914,69
Artigo 7º V (5.272) % do CDI	1,00 99,80	1,00 99,80				2.573.414,59	0,27	2.573.414,59
Artigo 7º IX (5.272) % do CDI	-2,57 -257,89	-2,57 -257,89				-24.259,70	0,00	-24.259,70
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	0,00 0,00	0,86 39,44	1,70 49,70	3,97 55,67	9,71 66,94	0,00	0,00	5.241.363,28
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,00 0,00	1,16 53,53	2,39 69,90	6,05 84,80	13,30 91,70	0,00	0,00	646.746,79
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	0,00 0,00	1,19 54,92	2,42 70,74	6,10 85,54	13,42 92,56	0,00	0,00	3.059.735,40
Artigo 7º V, Alínea a % do CDI	0,00 0,00	-0,10 -4,53	-8,59 -251,27	-6,62 -92,87	5,23 36,07	0,00	0,00	-929,24
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	3,23 -0,86	12,81 -4,35	13,09 -5,59	25,88 -7,61	47,46 -6,28	604.079,55	0,06	2.192.446,30
Artigo 10º I % do CDI	-0,23 -23,19	1,08 49,92	3,04 88,80	11,18 156,80	24,54 169,19	-8.095,04	0,00	37.477,98
Artigo 7º	0,86	1,84	2,83	5,67	12,06	8.081.833,11	0,85	17.028.749,34
Artigo 8º	3,23	12,81	13,09	25,88	47,46	604.079,55	0,06	2.192.446,30
Artigo 10º	-0,23	1,08	3,04	11,18	24,54	-8.095,04	0,00	37.477,98
CARAGUATATUBA (Total)						8.677.817,62	0,91	19.258.673,62

➤ **“Resultado positivo de R\$ 8.677.817,62”.**

A carteira de investimentos do CaraguaPrev apresentou, em fevereiro de 2026, rentabilidade positiva de 0,91%, resultando em ganho financeiro de R\$ 8.677.817,62 (oito milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos).

No acumulado do exercício, a rentabilidade atingiu 2,04%, superando a meta atuarial em 0,14 pontos percentuais.



CARAGUATATUBA

27/02/2026

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

Segmento	Fev/26	Jan/26	Dez/25	Nov/25	Out/25	Set/25	Ago/25	Jul/25	Jun/25	Mai/25	Abr/25	Mar/25
Renda Fixa	97,64	97,67	97,82	97,58	97,68	97,91	97,95	98,06	97,12	97,13	95,72	95,34
Renda Variável	2,00	1,96	1,82	2,05	1,95	1,95	1,91	1,81	2,75	2,74	4,16	4,54
Investimentos Estruturados	0,36	0,37	0,37	0,36	0,37	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12

RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento	Fev/26	Jan/26	Dez/25	Nov/25	Out/25	Set/25	Ago/25	Jul/25	Jun/25	Mai/25	Abr/25	Mar/25
Renda Fixa	0,86	0,97	0,97	0,76	1,02	0,95	0,77	1,07	0,83	1,00	1,00	1,23
Renda Variável	3,23	9,28	0,25	6,47	1,48	3,01	7,11	-5,78	1,21	3,98	6,13	3,92
Investimentos Estruturados	-0,23	1,32	1,93	0,32	3,11	4,31	2,59	3,07	5,72	6,90	-0,63	-5,67

11 MOVIMENTAÇÕES DO MÊS

APR – AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RESGATE

N.º	Data	Origem	Destino	Valor	Motivo
359	03/02/2026	APLICAÇÃO DO APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2026, REALIZADO EM FUNDO DE INVESTIMENTO INCORRETO	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, CNPJ 13.077.418/0001-49	R\$ 1.224.710,62	APLICAÇÃO
360	03/02/2026	RESGATE DO APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2026, REALIZADO EM FUNDO DE INVESTIMENTO INCORRETO.	FI BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESP LIMITADA – CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 1.224.710,62	RESGATE
361	03/02/2026	FOLHA DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO CARAGUAPREV REF. MÊS DE JANEIRO DE 2026.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 4.217,27	RESGATE
362	04/02/2026	REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DA FOLHA COMPLEMENTAR DOS APOSENTADOS DO CARAGUAPREV - REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2026.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 590,42	APLICAÇÃO



363	04/02/2026	RESGATE FOLHA COMPLEMENTAR DE PAGAMENTO ATIVOS DO CARAGUAPREV - MÊS DE JANEIRO DE 2026.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 64.529,50	RESGATE
364	04/02/2026	RESGATE PARA DEVOLUÇÃO DE REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DA CÂMARA FEITO À MAIOR – REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2026.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 9.407,45	RESGATE
365	05/02/2026	Restituição Benefício Previdenciário de Pensionista do CaraguaPrev, Banco Itaú, Ag 0248 C/C 04042-0	ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI, CNPJ: 00.832.435/0001-00	R\$ 400,00	APLICAÇÃO
366	06/02/2026	JUROS DE MORA APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DA FUNDACC REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2026.	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, cnj 13.077.418/0001-49	R\$ 8,95	APLICAÇÃO
367	06/02/2026	Repasse da compensação previdenciária – ENTRE RPPS FUNDO PREVIDENCIARIO - FUNPREV, Banco do Brasil	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, cnj 13.077.418/0001-49	R\$ 626,59	APLICAÇÃO
368	09/02/2026	Repasse da compensação previdenciária – COMPREV 12/2025, Banco do Brasil	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, cnj 13.077.418/0001-49	R\$ 253.633,52	APLICAÇÃO
369	09/02/2026	Repasse da compensação previdenciária – ENTRE RPPS DE SÃO SEBASTIÃO/SP (12/25), Banco do Brasil	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, cnj 13.077.418/0001-49	R\$ 5,23	APLICAÇÃO
370	10/02/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 85.000,00	RESGATE
371	12/02/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas, folha complementar ativos (02/2026)	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 93.412,04	RESGATE
372	13/02/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da FUNDACC 02/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 8.956,05	APLICAÇÃO
373	13/02/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial do CARAGUAPREV 02/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 8.542,40	APLICAÇÃO
374	13/02/2026	Resgate do FI CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para aplicação inicial no FI CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80, Caixa Econômica Federal.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 1.000.000,00	RESGATE



375	13/02/2026	Resgate do FI CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para aplicação no FI CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PUBLICOS CLASSE FIF RF – RESP LIMITADA, CNPJ: 14.508.605/0001-00, Caixa Econômica Federal.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 5.000.000,00	RESGATE
376	13/02/2026	Aplicação no FI CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PUBLICOS CLASSE FIF RF – RESP LIMITADA, CNPJ: 14.508.605/0001-00 do resgate do FI CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI, CNPJ: 03.737.206/0001-97, Caixa Econômica Federal.	CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PUBLICOS CLASSE FIF RF – RESP LIMITADA, CNPJ: 14.508.605/0001-00	R\$ 5.000.000,00	APLICAÇÃO
377	13/02/2026	Repasse das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Prefeitura de São Sebastião, referente ao mês 01/2026.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 12.049,28	APLICAÇÃO
378	13/02/2026	Aplicação inicial no FI CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80 do resgate do FI CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI, CNPJ: 03.737.206/0001-97, Caixa Econômica Federal.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 1.000.000,00	APLICAÇÃO
379	19/02/2026	Resgate do FI CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para aplicação inicial no FI CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80, Caixa Econômica Federal.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 22.052,49	RESGATE
380	19/02/2026	Repasse das contribuições previdenciárias da Prefeitura Municipal referente ao mês 01/26, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 5.530.173,00	APLICAÇÃO
381	19/02/2026	Transferência do valor da Taxa de administração correspondente ao mês 02/2026, CEF, Ag 0797	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 1.000.000,00	APLICAÇÃO
382	19/02/2026	Aplicação recebimento de cupons de Juros de Notas de Títulos Públicos do tesouro Nacional - NTN	CAIXA TOPAZIO CORPORATIVO FIF RF REF DI LP - RESP. LTDA CNPJ: 11.061.230/0001-87	R\$ 11.598.624,70	APLICAÇÃO
383	20/02/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da Prefeitura 02/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 1.224.710,62	APLICAÇÃO



384	20/02/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da CAMARA 02/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ: 11.046.645/0001-81	R\$ 47.632,40	APLICAÇÃO
385	20/02/2026	Repasso das contribuições previdenciárias da FUNDACC referente ao mês 01/26, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 71.368,61	APLICAÇÃO
386	20/02/2026	Repasso das contribuições previdenciárias da Prefeitura Municipal referente ao mês 01/26, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 493.050,76	APLICAÇÃO
387	24/02/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 13.000,00	RESGATE
388	25/02/2026	Repasso das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Prefeitura de São Sebastião, referente ao mês 13º/2025.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 10.188,57	APLICAÇÃO
389	26/02/2026	Repasso das contribuições previdenciárias do CaraguaPrev, referente ao mês 02/2026	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 50.024,34	APLICAÇÃO
390	26/02/2026	Resgate FOLHA DE PAGAMENTO rescisão PENSIONISTAS DO CARAGUAPREV REF. MÊS DE 02/2026.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 1.650,40	RESGATE
391	26/02/2026	Resgate p/ FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO CARAGUAPREV REF. 02/2026 na CEF, AG 0797.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 5.588.545,17	RESGATE
392	26/02/2026	Resgate para pagamento folha dos ativos 02/26 na CEF, Agência 0797, despesas administrativas.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 302.240,59	RESGATE
393	27/02/2026	Repasso das contribuições previdenciárias da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal – aposentados e pensionistas ref. mês de 01/2026.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 2.629,49	APLICAÇÃO

Houve as Movimentações típicas no período avaliado, com despesas administrativas, despesas previdenciárias, repasse das contribuições sociais e aportes para cobertura do déficit, e:



- 1) Resgate de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) do FI CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para aplicação inicial no FI CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80, Caixa Econômica Federal.
- 2) Resgate de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do FI CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para aplicação no FI CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PUBLICOS CLASSE FIF RF – RESP LIMITADA, CNPJ: 14.508.605/0001-00, Caixa Econômica Federal.

12 EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A tabela abaixo descreve os limites de aplicação por artigo da Resolução CMN conforme aqueles autorizados pela política de investimentos do CaraguaPrev para o exercício corrente, que estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste CaraguaPrev, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

Ainda de acordo com os normativos, os investimentos do CaraguaPrev estão em aderência com a Política de Investimentos e de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional.

A Política Anual de Investimentos traz, em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e as necessidades atuariais do Instituto.

Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício da Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo e durante a sua vigência, os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 11 meses que se estende de fevereiro a dezembro de 2026.

O CaraguaPrev aplicou os seus recursos obedecendo os segmentos de alocação determinados na Política de investimentos, não há investimento diverso.

Portanto, a Política de Investimentos é um instrumento de balizamento e determinou os



segmentos dos investimentos a serem alocados com os recursos do Caraguaprev e os seus limites de alocação, limite mínimo, alocação objetivo e limite superior.

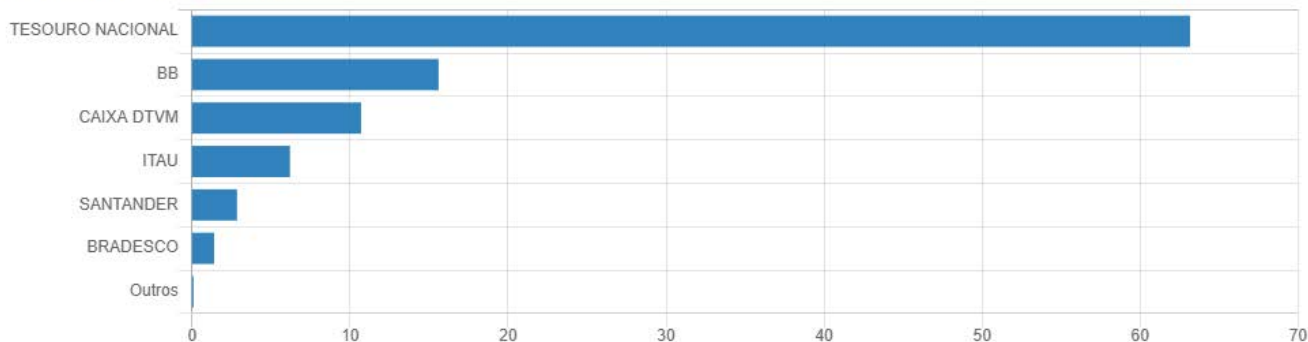
ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Política de Investimentos			ALM	Pró- Gestão Nível 4 Limite Legal
				Mínimo	Objetivo	Máximo		
Renda Fixa								
Artigo 7º I (5.272)	Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos	74.298.163,06	7,69	0,00	9,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III (5.272)	Títulos do Tesouro Nacional	610.130.778,20	63,17	0,00	56,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º V (5.272)	Fundos ou ETFs de Renda Fixa	257.744.677,76	26,68	0,00	29,85	80,00	0,00	80,00
Artigo 7º IX (5.272)	FIDC Cota Sênior	919.253,74	0,10	0,00	0,15	20,00	0,00	20,00
	Total Renda Fixa	943.092.872,76	97,64					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	19.302.981,51	2,00	0,00	1,50	40,00	0,00	40,00
	Total Renda Variável	19.302.981,51	2,00					50,00
Investimentos Estruturados								
Artigo 10º I	Fundos Multimercados	3.492.745,35	0,36	0,00	2,50	15,00	0,00	15,00
	Total Investimentos Estruturados	3.492.745,35	0,36					20,00
Total		965.888.599,62	100,00					



13 RELAÇÃO DE GESTORES DOS RECURSOS

ALOCAÇÃO POR GESTOR



Gestor	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Mês (R\$)
BB	147.701.844,51	150.470.670,89	146.477.133,89	0,00	150.717.598,29	1.471.638,02
BRADESCO	13.240.456,70	3.246.473,23	3.246.473,23	0,00	13.481.483,67	241.026,97
CAIXA DTVM	89.799.047,65	111.066.906,43	74.114.152,35	0,00	103.301.745,30	918.053,39
ITAU	58.972.411,65	50.267.893,16	50.267.493,16	0,00	59.863.086,94	890.275,29
SANTANDER	27.204.484,52	27.204.484,52	27.204.484,52	0,00	27.474.653,48	270.168,96
TESOURO NACIONAL	616.818.488,21	616.818.488,21	616.818.488,21	11.598.624,70	610.130.778,20	4.910.914,69
VILA RICA	943.513,44	943.513,44	943.513,44	0,00	919.253,74	-24.259,70



14 RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV.

Aplicações em Fundos de Investimentos e Títulos Públicos			
FEVEREIRO – 2026			
FUNDO	CNPJ	VALOR	% RECURSOS
BB RF DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LP	11.046.645/0001-80	25.719.385,61	2,6628
BB RF DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LP (APORTES 37299-4)	11.046.645/0001-81	17.802.511,12	1,8431
CAIXA BRASIL IRF-M TP	14.508.605/0001-00	5.025.029,10	0,5202
CAIXA FI TOPÁZIO CORPORATIVO RF REF DI LP	11.061.230/0001-87	11.637.702,81	1,2049
FIDC FECHADO MULTISSETORIAL ITALIA	13.990.000/0001-28	919.253,74	0,0952
CAIXA TOP PRIVATE FIF - 1000-0	19.769.018/0001-80	1.601.675,83	0,1658
CAIXA TOP PRIVATE FIF - 9999-9	19.769.018/0001-80	688.053,20	0,0712
CEF FI BRASIL REF DI LP 9999-0 (TX ADMINISTRATIVA)	03.737.206/0001-97	21.774.731,27	2,2544
CEF FI BRASIL REF DI LP 1000-0	03.737.206/0001-97	26.795.283,06	2,7742
CAIXA FI BRASIL MATRIZ RF	23.215.008/0001-70	32.286.524,68	3,3427
SANTANDER DI INSTITUCIONAL PREMIUM	02.224.354/0001-45	13.361.119,06	1,4612
BRASESCO INSTITUCIONAL DI PREMIUM	03.399.411/0001-90	3.278.933,51	0,3395
BB INSTITUCIONAL RF	02.296.928/0001-90	27.850.223,45	2,8834
ITAU INSTIT JANEIRO RF	52.156.446/0001-03	5.228.411,40	0,5413
ITAU INSTIT RF DI	00.832.435/0001-00	45.534.244,19	4,7142
BB PREV RF PERFIL	13.077.418/0001-49	56.054.463,79	5,8034
BB PREV RF PERFIL (APORTES 37299-4)	13.077.418/0001-49	23.291.014,32	2,4114
SANTANDER DI TITULOS PUBLICOS PREMIUM	09.577.447/0001-00	14.113.534,42	1,3833
ITAU ACOES MOMENTO 30 II FIC	42.318.981/0001-60	9.100.431,35	0,9422
BRASESCO FIA SELECTION	03.660.879/0001-96	3.613.885,41	0,3742
BRASESCO FIA SMALL CAP PLUS	06.988.623/0001-09	6.588.664,75	0,6821
CAIXA FI INDEXA BOLSA AMERICANA	30.036.235/0001-02	3.492.745,35	0,3616
Total em Bancos R\$		355.757.821,42	36,8322

TÍTULOS PUBLICOS FEDERAIS		VALOR INVESTIDO	% RECURSOS
NTN-B - 15/08/2026 (6,353%) - 3.661	2026	16.880.153,40	1,7476
NTN-B - 15/08/2026 (6,400%) - 4.666	2026	21.509.495,89	2,2269
NTN-B - 15/08/2026 (6,700%) - 4.657	2026	21.439.786,16	2,2197
NTN-B - 15/08/2026 (9,730%) - 6.784	2026	30.829.664,72	3,1918
NTN-B - 15/05/2027 (6,22%) - 2.293	2027	10.728.012,63	1,1107
NTN-B - 15/05/2027 (6,09%) - 1.228	2027	5.753.449,29	2,2453



NTN-B - 15/05/2027 (7,30%) - 4.690	2027	21.687.348,59	0,5957
NTN-B - 15/05/2027 (8,37%) - 3.424	2027	15.652.199,07	1,6205
NTN-B - 15/05/2027 (8,630%) - 4.611	2027	21.020.728,39	2,1763
NTN-B - 15/08/2028 (8,17%) - 3.540	2028	15.612.935,75	1,6164
NTN-B - 15/08/2028 (6,353%) - 3.678	2028	16.869.671,18	1,7465
NTN-B - 15/08/2028 (6,22%) - 4.623	2028	21.264.936,06	2,2016
NTN-B - 15/08/2028 (7,03%) - 2.342	2028	10.586.393,86	1,0960
NTN-B - 15/08/2028 (8,29%) - 4.521	2028	19.889.506,62	2,0592
NTN-B - 15/05/2030 (7,93%) - 2.304	2030	9.930.122,98	1,0281
NTN-B - 15/05/2030 (5,708%) - 2.555	2030	11.952.296,76	1,2374
NTN-B - 15/08/2032 (6,07%) - 9.326 APORTES EQUAC DEFICIT	2032	43.004.741,67	4,4524
NTN-B - 15/05/2033 (7,73%) - 4.791	2033	20.484.327,24	2,1208
NTN-B - 15/05/2035 (5,56%) - 3.900	2035	18.878.405,37	1,9545
NTN-B - 15/05/2035 (5,821%) - 4.657	2035	22.151.282,35	2,2934
NTN-B - 15/08/2040 (7,23%) - 2.391	2040	9.906.141,17	1,0256
NTN-B - 15/08/2040 (5,65%) - 213	2040	1.019.856,52	0,1056
NTN-B - 15/08/2040 (5,77%) - 2.538	2040	12.016.104,46	1,2440
NTN-B - 15/08/2040 (6,19%) - 3.511	2040	15.992.303,65	1,6557
NTN-B - 15/05/2045 (5,781%) - 2.496	2045	12.030.579,72	1,2455
NTN-B - 15/05/2045 (5,76%) - 2.494	2045	12.048.603,90	1,2474
NTN-B - 15/05/2045 (5,71%) - 7.457	2045	36.223.146,05	3,7502
NTN-B - 15/08/2050 (5,916%) - 920	2050	4.313.958,82	0,4466
NTN-B - 15/08/2050 (5,780%) - 2.451	2050	11.690.272,91	1,2103
NTN-B - 15/08/2050 (5,922%) - 2.466	2050	11.554.637,17	1,1963
NTN-B - 15/08/2050 (5,713%) - 2.514	2050	12.092.383,88	1,2519
NTN-B - 15/08/2050 (5,815%) - 2.530	2050	12.014.150,24	1,2438
NTN-B - 15/08/2050 (5,9715%) - 4.754	2050	22.138.491,60	2,2920
NTN-B - 15/08/2050 (6,300%) - 8.340	2050	37.318.626,92	3,8637
NTN-B - 15/05/2055 (5,852%) - 2.420	2055	11.625.320,66	1,2036
NTN-B - 15/05/2055 (5,815%) - 2.490	2055	12.020.742,55	1,2445
Total Títulos Públicos		610.130.778,20	63,1678
Total Geral		965.888.599,62	100,00



15 PRÓ GESTÃO – NÍVEL IV

O Instituto de Previdência do município de Caraguatatuba (CaraguaPrev) conquistou a certificação **Pró-Gestão RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) Nível IV** do Ministério da Previdência.

CERTIFICADO

O Instituto de Certificação Qualidade Brasil certifica que a empresa:

CARAGUAPREV - Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba - São Paulo

Endereço: Avenida Prestes Maia, Nº302 - Centro - Caraguatatuba - SP - CEP 11660-400

Representante Legal da Unidade: Pedro Ivo de Sousa Tau

Vinculado ao ente federativo do Município de Caraguatatuba

Representante do Ente Federativo: José Pereira de Aguiar Júnior

Implantou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

“Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, instituído pela Portaria MPS nº 577/2017, obtendo a certificação institucional no

Nível IV

por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS 3.5, aprovado pela Portaria SRPC/MPS nº 79, de 15/01/2024, publicada no DOU do dia 17/01/2024, Seção 1, com vigência a partir do dia 17 de janeiro de 2024.

Validade do Certificado: 24/10/2027

Certificado Nº: CPG 147/2024



Goiânia, 01 de Novembro de 2024
Av. Araguaia, nº 1544, Ed. Albano Franco,
St. Leste Vila Nova – Goiânia – GO – CEP 74645-070





A certificação busca garantir aos RPPSs: excelência na gestão; melhoria na organização das atividades e processos; aumento da motivação por parte dos colaboradores; incremento da produtividade; redução de custos e do retrabalho; transparência e facilidade de acesso à informação; perpetuação das boas práticas, pela padronização; e reconhecimento no mercado onde atua.

Na dimensão Controles Internos são observados o mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS; manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS; capacitação e certificação dos gestores e servidores das áreas de risco; estrutura de controle interno; política de segurança da informação; e gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos, aposentados e pensionistas. A dimensão Governança Corporativa envolve tópicos relacionados ao relatório de governança corporativa; planejamento; relatório de gestão atuarial; código de ética da instituição; políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor; política de investimentos; Comitê de Investimentos; transparência; definição de limites de alçadas; segregação das atividades; ouvidoria; qualificação do órgão de direção; Conselho Fiscal; Conselho Deliberativo; mandato, representação e recondução; e gestão de pessoas. A Educação Previdenciária é baseada em um plano de ação de capacitação e nas ações de diálogo com os segurados e a sociedade.

16 CONCLUSÃO

Quanto ao desempenho das aplicações financeiras do CaraguaPrev do mês, os membros do Comitê de Investimentos, observaram as regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção, prudência financeira e analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira, recebendo a aprovação deste Comitê.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV

Caraguatatuba/SP, 26 de março de 2026.

Anderson Franco B. do Nascimento
Diretor Financeiro
Presidente do Comitê de Investimentos



Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificado ANBIMA CPA-10





Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Comitê
Certificado ANBIMA CPA-10



Adriana Zambotto Fernandes
Membro do Comitê
Certificado ANBIMA CPA-10



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Comitê





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina o artigo 73 da Lei complementar n° 59, de 05 de novembro de 2015, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao **mês de FEVEREIRO de 2026**, analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira da Autarquia, recebendo a aprovação deste Conselho.

Caraguatatuba/SP, 26 de março de 2026.

Cristiano Paulo Silva
Presidente do Conselho Fiscal



Adriana Zambotto Fernandes
Membro do Conselho Fiscal
Certificado ANBIMA CPA-10



Marcia Regina Paiva Silva
Membro do Conselho Fiscal



Marcus da Costa Nunes Gomes
Membro do Conselho Fiscal





PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina o artigo 71, inciso VI, da Lei Complementar n° 59, de 05 de novembro de 2015, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao **mês de FEVEREIRO de 2026**, analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira da Autarquia, recebendo a aprovação deste Conselho.

Caraguatatuba/SP, 26 de março de 2026.

Alex Catapani
Presidente do Conselho Deliberativo



Gabriela Cristina da Silva Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Margarete Soares de Oliveira
Membro do Conselho Deliberativo



Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificado ANBIMA CPA-10



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo



Benedita Auxiliadora de Moraes
Membro do Conselho Deliberativo



Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Valéria Rodrigues Regina de Lima
Membro do Conselho Deliberativo

